



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

PREGÃO Nº. 010/2014 – CSL/UEMA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 203390/13 – UEMA
EDITAL REEDIÇÃO

A **Comissão Setorial de Licitação - CSL**, criada pela Portaria n.º 336/2013, de 18.10.13 do Magnífico Reitor nos termos do art. 2º, da Medida Provisória n.º 018, de 18.01.2007, regulamentada pelo Decreto n.º 22.961, de 28.02.2007, neste ato denominada COMISSÃO, levam ao conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, tipo **Menor Preço GLOBAL**, no regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL** de interesse da **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

A licitação reger-se-á pelas disposições da Lei n.º 9.579, de 12 de abril de 2012, Decreto Estadual nº 28.790/12. Deverão também ser aplicadas subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 10.520/2002, a Lei Federal nº 8.666/93, o Decreto Estadual nº 24.629/2008, a Lei Complementar n.º 123/2006 e demais normas pertinentes à espécie.

A sessão pública de realização do **PREGÃO** terá início às **14:30 horas do dia 23 de abril de 2014**, devendo os envelopes contendo a Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação para o objeto definido neste Edital e seus Anexos ser entregue na Comissão Setorial de Licitação – CSL, no auditório da CSL, no prédio das Pró-Reitorias, situada na Cidade Universitária Paulo VI – Tirirical, nesta Capital, na data e horário acima mencionados.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Pregão tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para construção de Subestação Transformadora e respectiva Rede de Distribuição no prédio da Reitoria no Campus Paulo VI** de acordo com as exigências e especificações contidas no **ANEXO I (Projeto Básico)**, parte integrante deste Edital

1.2. O valor total máximo estimado para o serviço objeto desta licitação é de **R\$ 68.150,75 (sessenta e oito mil cento e cinquenta reais e setenta e cinco**



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

centavos) conforme consta da Planilha Orçamentária, integrante do Termo de Referência, **ANEXO I** deste Edital.

1.3. Os serviços a serem prestados deverão ser propostos em rigorosa observância às especificações das Planilhas Orçamentárias **ANEXO II** deste Edital e as normas vigentes que a ele se aplicarem.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que tenham ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação e requisitos mínimos de classificação das propostas, constantes deste Edital e seus Anexos.

2.2. Não poderão participar os interessados que:

- a) o autor do projeto pessoa física ou jurídica, exceto no caso de contratação integrada;
- b) a empresa isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto ou da qual o autor do projeto, seu cônjuge ou parente até 3º grau, seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- c) o servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- d) pessoa jurídica impedida, suspensa ou declarada inidônea para licitar e contratar com o Estado do Maranhão, conforme art. 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93 ou o art. 96, inciso III, da Lei Estadual nº 9.579/2012, durante o prazo da sanção aplicada;
- e) impedidas de licitar e contratar com o Estado do Maranhão, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 ou art. 96, inciso V, da Lei estadual nº 9.579/12;
- e) pessoa jurídica que tenha participado ou que participe de pessoa jurídica punida na forma do inciso anterior;
- d) pessoa física impedida, suspensa ou declarada inidônea para licitar e contratar ou que integre ou tenha participado como proprietário, sócio, dirigente ou cotista de pessoa jurídica punida na forma dos incisos anteriores.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

3.1. Na fase de credenciamento o interessado deverá credenciar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes a este Pregão Presencial.

3.2. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, ou por Carta Credencial, firmada pelo signatário da Proposta, no modelo do **Anexo III** deste Edital, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, nos termos da Lei 9.579, de 12.04.12.

3.3. O instrumento de credenciamento por instrumento público, particular ou carta credencial deverá estar acompanhado de cópia do Ato Constitutivo ou Contrato Social da empresa, que identifiquem os seus administradores, sócios ou não, onde estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. Caso a pessoa credenciada seja o próprio administrador, sócio ou não, da empresa proponente, este deverá se apresentar munido apenas da cópia do Ato Constitutivo Contrato Social da empresa.

3.4. No ato do credenciamento e da entrega dos envelopes, o credenciado deverá identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

3.5. Os documentos de credenciamento serão conferidos pelo Pregoeiro, a cada Sessão Pública realizada.

3.6. Após o credenciamento, será declarada a abertura da sessão e não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

4. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados pelo representante credenciado, no local, dia e hora acima mencionados, em 02 (dois) envelopes opacos, distintos, devidamente fechados e rubricados no fecho e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE N.º 01

PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/ 2014

ÓRGÃO LICITADOR: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO PROPONENTE

AF/MQ

Cidade Universitária Paulo VI s/n - Fátima - C.P. 09 - CEP: 65055-310 - São Luís/MA Fone: (98) 3245-5461 / Fax: (98) 3245-5882

C.N.P.J. 06.352.421/0001-68 - Criada nos termos da Lei n.º 4.400 de 30/12/1981



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

ENVELOPE N.º 02

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/ 2014 – CSL

ÓRGÃO LICITADOR: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO PROPONENTE

4.2. Não será admitida a entrega de apenas um envelope.

4.3. Após a entrega dos envelopes, aquele indicado como “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” SERÁ RUBRICADO PELO Pregoeiro, equipe de apoio e os representantes credenciados das licitantes.

4.4. Os envelopes deverão conter, obrigatoriamente, a documentação em original ou cópia **previamente** autenticada por cartório competente ou por servidor desta Comissão, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

4.5. Após o encerramento do credenciamento a PREGOEIRA declarará o numero de participantes no certame e receberá os **ENVELOPES DE PROPOSTA e HABILITAÇÃO**, bem como a Declaração do Cumprimento dos **Requisitos de Habilitação (ANEXO IV)**:

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1- O envelope nº 01 deverá conter, em 01 (uma) via, proposta datilografada ou impressa por qualquer meio usual, em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada, assinada na última folha e rubricada nas demais, devidamente numeradas, com o seguinte conteúdo:

- a) Número do Pregão, razão social do proponente, número do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como dados bancários tais como: nome e número do Banco, agência e conta corrente para fins de pagamento;
- b) Nome completo do responsável pela assinatura do contrato, números do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa;
- c) Descrição detalhada dos **ITENS** ofertados, em conformidade com as especificações dos serviços constantes no Termo de Referência e planilhas Orçamentárias (**ANEXOS I e II**);



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

- d) Preços unitários dos **ITENS** ofertados e valor total da Proposta em algarismo e por extenso, em Real (R\$), com no máximo dois algarismos após a vírgula, já incluídos os lucros e todas as despesas incidentes;
- e) Data e Assinatura do representante da empresa com sua qualificação e identificação de seu nome abaixo da assinatura;
- f) Prazo de validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;
- g) Prazo de execução dos Serviços: 1 (um) mês ou seja 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento da Ordem e Serviços.
- h) Certidão atualizada emitida pela Junta Comercial competente que comprove o enquadramento da licitante como Micro-Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, somente para efeito do disposto nos artigos 43 a 45 da citada Lei.
- i) Local de prestação dos serviços – Prédio da Reitoria Cidade Universitária Paulo VI - Tirirical.

5.2 – Classificada a **Proposta** não será admitida desistência retificações ou alterações, exceto no caso de nova proposta após disputa por meio de lances.

5.3 – A UEMA poderá solicitar prorrogação do prazo de validade da **Proposta** sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido, entretanto, no caso de aceitação a **Proposta** não será **modificada**.

5.4 – No julgamento da **Proposta** a PREGOEIRA poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substancia da proposta, registrando em ATA e acessíveis a todos.

5.5. A UEMA poderá solicitar prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA sendo facultado ao licitante aceitar ou recusar, entretanto, caso concorde, a proposta não será modificada.

5.6. A PROPOSTA, uma vez aberta vinculará o licitante, obrigando-o, caso seja vencedor, ao cumprimento do seu objeto, consoante dispõe a Lei nº 9.579/12.

5.7. Decorridos o prazo de validade da **PROPOSTA** sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberados dos compromissos assumidos, podendo a **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO** abrir negociação para manter o preço proposto.



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

5.8 A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO poderá solicitar prorrogação do prazo de validade da **PROPOSTA** sendo facultado a licitante recusar ou aceitar o pedido, entretanto, no caso de concordância, a **PROPOSTA** não poderá ser modificada.

5.9. Na hipótese do Processo licitatório vir a ser interrompido em razão de Recurso Administrativo, o prazo de validade da **PROPOSTA** fica automaticamente prorrogado por igual número de dias em que estiver suspenso.

5.10. Não serão consideradas **PROPOSTAS** apresentadas por internet, via postal ou fac-símile. A **PROPOSTA** deverá ser formulada e entregue nas condições disciplinadas neste Edital e, rigorosamente, apresentada em obediência às especificações dele constantes.

5.11. No julgamento da **PROPOSTA** a **PREGOEIRA** poderá sanar erros ou falhas que não altere a substância da **PROPOSTA**, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 – Após abertura dos envelopes de **Propostas**, os preços serão lidos em voz alta pela PREGOEIRA, em seguida rubricadas pela **PREGOEIRA e EQUIPE DE APOIO** e os licitantes, em seguida selecionadas as proposta para a fase de lances;

6.1.1 – Para a fase de lance serão classificadas as de menores preços e as com preços até 10% (dez por cento), superiores a de menor preço, selecionada as propostas em ordem crescente de valores para início dos lances;

a) quando não forem verificadas no mínimo 5 (cinco) propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso anterior, o Pregoeiro selecionará as melhores propostas subsequentes até o máximo de 5 (cinco), para que os seus autores participem dos lances quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

6.1.2 – A PREGOEIRA convidará individualmente os licitantes selecionados, para apresentarem lances verbais e sucessivos. Os lances serão ofertados pelo preço global. O licitante somente poderá ofertar lance inferior ao ultimo lance ofertado;

6.1.3 – A **etapa de lances** será encerrada quando, indagados pela PREGOEIRA aos licitantes, manifestarem desinteresse em apresentar novos lances, poderá ainda a

AF/MQ

Cidade Universitária Paulo VI s/n - Fátima - C.P. 09 - CEP: 65055-310 - São Luís/MA. Fone: (98) 3245-5461 / Fax: (98) 3245-5882

C.N.P.J. 06.352.421/0001-68 - Criada nos termos da Lei n.º 4.400 de 30/12/1981



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

PREGOEIRA apresentar contra propostas junto ao licitante que tenha apresentado o menor lance, para que seja obtida ainda melhor proposta e se proclame a proposta classificada em **primeiro lugar**;

6.1.4 – Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, a PREGOEIRA realizará sorteio para determinar a Ordem de oferta dos lances;

6.1.5 – Concluída a etapa de lances a PREGOEIRA analisará a proposta para verificação da sua conformidade com os requisitos do **Edital**;

6.1.6 – Verificada a aceitabilidade da proposta de menor lance a mesma será declarada classificada em primeiro lugar, em seguida será examinada a documentação de **HABILITAÇÃO** nas condições exigidas neste **Edital**;

6.1.7 – Se a proposta não for aceita ou se o licitante não atender as exigências do **Edital**, será a proposta exatamente subsequente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de acordo com o **Edital**;

6.1.8 – Não havendo licitantes **credenciados** serão considerados os preços inicialmente ofertados;

6.2 – Serão Desclassificadas as PROPOSTAS:

a) Que contenham preços manifestamente inexecutáveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos são coerentes com os praticados no mercado admitindo-se:

I – planilha de custos elaborada pelo próprio licitante sujeita a exame da **UEMA**;

II – contrato, ainda que em execução, com preços semelhantes.

a.1) O licitante que oferecer preço considerado inexecutável pelo Pregoeiro ou pela Comissão de licitação, e que não demonstre posteriormente a sua exequibilidade, sujeita-se às penalidades administrativas pela não-manutenção da proposta.

b) apresentarem preço unitário ou total superior ao valor estabelecido no Termo de Referência;

c) Não atenderem às exigências deste Edital, em especial aquelas contida no Termo Referência, **Anexo I** do ato convocatório;

6.3 – Quando todas as **Propostas** forem **Desclassificadas** a PREGOEIRA poderá fixar o prazo de **03 (três) dias** para apresentação de **NOVAS PROPOSTAS**;

6.4 – Após a fase de **classificação** não caberá **desistência** de **PROPOSTA**,



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

6.5 – O licitante proclamado vencedor do certame, deverá apresentar no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após encerramento da sessão, **NOVA PROPOSTA** adequada ao respectivo valor do lance.

6.5.1 – A **não apresentação** da readequação da proposta, de acordo com o Item 6.5, e ainda na hipótese da inadequação da **PROPOSTA** implicará na desclassificação do licitante e no direito a **CONTRATAÇÃO** cabendo a PREGOEIRA sem prejuízo das sanções legais, convocar os licitantes na ordem remanescentes dos lances para repregoar.

7. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NA FASE DA PROPOSTA

7.1 – Encerrada a fase e lances, e, classificando-se em primeiro lugar **microempresas ou empresas de pequeno porte**, a PREGOEIRA, por força da Lei Complementar n.º 123/2006, observará o direito de preferência conduzido pelo Art. 44 e 45 da citada norma, nas condições seguintes:

- a) Identificar-se-ão as **Propostas** ofertadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada, proclamando-se, se houver empate entre as **PROPOSTA**;
- b) A Microempresa ou Empresas de Pequeno Porte enquadrado nas condições da alínea “a”, mas bem classificada poderá desempatar apresentando **PROPOSTA** de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos controlados pela PREGOEIRA situação em que a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte passará à condição de primeira colocada;
- c) A não apresentação de PROPOSTA no prazo definido na alínea “b” deste subitem implicará na decadência do direito conferido pela Lei Complementar n.º 123/2006, sendo convocadas às microempresas ou empresas de pequeno porte remanescente, na ordem de classificação;
- d) No caso da equivalência de valores apresentados por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar o desempate;
- e) Na hipótese de não ser adjudicado o objeto deste **PREGÃO** a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o objeto da licitação será adjudicado em favor da **Proposta** originalmente classificada em primeiro lugar.



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

7.2 – Encerrada a etapa competitiva e aceitável o preço ofertado, a **PREGOEIRA** procederá á abertura do **ENVELOPE N.º 02**, Documentação de **HABILITAÇÃO** do licitante classificado em primeiro lugar, para verificar do atendimento às condições de **HABILITAÇÃO** exigidas neste **Edital**.

8. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

8.1 – Serão exigidos para o presente PREGÃO os documentos abaixo relacionados:

8.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

I) No caso de pessoas físicas:

- a) cédula e identidade ou documento equivalente;
- b) certidão negativa de insolvência civil.

II) No caso de pessoas jurídicas:

- a) registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades empresariais/comerciais;
- c) ato constitutivo, devidamente registrado no Cartório de registro civil de Pessoas Jurídicas no caso de Sociedade Civil acompanhado da prova de Diretoria;
- d) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.

8.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no **cadastro nacional de pessoas jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ)** ou, prova de inscrição no cadastro de Pessoa Física;
- b) Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal**, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade com a **FAZENDA FEDERAL** do domicílio ou sede do licitante, através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos federais e à Dívida Ativa da União emitida pela **Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN**;
- d) Prova de regularidade com a **FAZENDA ESTADUAL**, do domicílio ou sede da licitante, através da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e da Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa;



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

e) Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede da licitante, relativa a ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e TLF – Taxa de Localização e Funcionamento, através de:

- **Certidão Negativa de Débitos Fiscais;**
- **Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa**

e) Prova de regularidade com a **SEGURIDADE SOCIAL (INSS)** através da Certidão Negativa de Débitos Relativos as Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros, emitido pela Secretária da Receita Federal do Brasil.

f) Prova de regularidade com **FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇOS – FGTS** mediante Certificado fornecido pela Caixa Econômica Federal;

g) Prova de Regularidade com a **JUSTIÇA DO TRABALHO** através da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**.

h) As declarações referidas nos incisos anteriores podem ser substituídas ou confirmadas, no todo ou em parte, por diligência feita pela Pregoeira, inclusive por meio eletrônico de comunicação à distância

8.1.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL

a) Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da região a que estiver vinculada, pertinente ao seu ramo de atividade relacionada com o objeto da presente contratação;

b) 01 (um) atestado, no mínimo, fornecido por pessoa jurídica pública ou privada, devidamente averbados pelo **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA**, comprovando que a empresa prestou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação em características, quantidades e prazos;

c) Declaração de visita aos locais onde serão prestados os serviços, expressamente firmado pelo titular ou representante legal da empresa, conforme modelo do **Anexo VII**.

8.1.4 QUALIFICAÇÃO ECONOMICA FINANCEIRA

8.1.4.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados pela UFIR quando encerradas a mais de três meses da data de sua apresentação:



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

a) A comprovação de boa situação financeira da empresa licitante será demonstrada através de índices financeiros utilizando-se as fórmulas abaixo, cujos resultados deverão estar de acordo com os valores ali estabelecidos;

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável em Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível em Longo Prazo}} \cdot 1,0$$

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \cdot 1,0$$

b) As empresas que apresentarem resultado menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, Capital Social ou Patrimônio Líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

8.1.4.1.1. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste subitem mediante a apresentação do Balanço de Abertura;

8.1.4.1.2. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) Publicados em Diário Oficial ou:

b) Publicados em jornal de grande circulação ou;

c) Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou;

d) Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, na forma da IN nº 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC, de 1º de agosto de 1997, art. 6º, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento.

8.1.4.1.3. Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Entidade em que o Balanço foi arquivado.

8.1.4.1.4. A pessoa jurídica optante do **Sistema de Lucro Presumido**, que no decorrer do ano-calendário, mantiver Livro Caixa nos termos da Lei nº 8.981, de



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

20.01.1995, deverá apresentar, juntamente com o Balanço Patrimonial, cópias dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Caixa.

8.1.4.2. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da Documentação e Proposta. Quando não vier expresso o prazo de validade.

8.1.5 OUTROS DOCUMENTOS

a) **DECLARAÇÃO** expressa do licitante assinada pelo seu representante legal informando que não mantém relação e trabalho noturno, perigoso ou insalubre com menor de 18 anos e de qualquer trabalho com menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme o disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição e da lei nº 9.854 de 17 de outubro de 1999, que incluiu o inciso V no Art. 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos termos do Decreto 4.358, de 05 de setembro de 2002, podendo ser utilizado o modelo em **Anexo VI**.

b) **Certidão Simplificada da Junta Comercial** do Estado do Maranhão – JUCEMA, devidamente atualizada, para empresas com sede e/ou filial no Estado do Maranhão, de acordo com Art. 1º do Decreto Estadual nº 21.040 de 17 de fevereiro de 2005;

8.2 – Serão proclamados **HABILITADOS** aqueles que apresentarem a documentação na forma exigida neste **Edital** e **INABILITADO** aqueles que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou os apresentarem de forma irregular.

8.3. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.3.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito negativa.



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

8.3.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará na decadência do direito de não ser preterido na hipótese de contratação administrativa.

8.4 – Se o detentor da melhor Proposta desatender às exigências previstas no subitem 8.1, será **INABILITADO** e a **PREGOEIRA** examinará as ofertas subsequentes e procederá à **HABILITAÇÃO** do licitante seguinte, na ordem de classificação, repetindo esse procedimento, sucessivamente, se necessário, até a apuração de uma **Proposta** que atenda ao Edital, para declarar o licitante vencedor;

8.5 – Quando todos os Licitantes forem inabilitado, a **PREGOEIRA** poderá, obedecida a ordem de classificação das **Propostas**, fixa-lhes o prazo de **03 (três) dias úteis** para a apresentação de novos documentos escoimados das causas ensejadas das suas inabilitações;

8.6 – Decorrido o Prazo de apresentação de nova documentação a **PREGOEIRA** notificara todos licitantes da data e hora da Sessão Pública que dará continuidade ao **PREGÃO**.

8.7 – A **PREGOEIRA** reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

8.8 – Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão:

8.8.1 – No caso de pessoa jurídica, a exigência de regularidade social e trabalhista de tributos federais deve abranger a matriz e a todos os demais tributos incidentes sobre o objeto para a filial que participar da licitação.

8.8.2 – Documentos datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias até a data de abertura o Envelope n.º 01, quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão competente expedidor:

a) Não se enquadram no prazo de que trata o item anterior os documentos cuja validade é indeterminada, que é caso de atestados de capacidade técnica.

8.9 – Os Documentos para **HABILITAÇÃO** poderão ser apresentados em original ou em copia legíveis, previamente autenticadas por Cartório competente ou por servidor da Comissão Setorial de Licitação da UEMA, com até 24 (vinte e quatro) horas antes do Certame;



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

8.10 – A **UEMA** manterá em seu poder, através da Comissão Setorial de Licitação, os Envelopes de Habilitação dos Demais Licitantes, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, após a **HOMOLOGAÇÃO** deste **PREGÃO** ou até o início da prestação do seu objeto pelo licitante Contratado, sob pena de inutilização dos mesmos.

9. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Até 02 (dois) dias úteis contados da publicação do aviso deste Edital ou da data da sua disponibilização, qualquer pessoa física ou jurídica e os membros do Ministério Público e Tribunal de Contas poderão impugnar o Edital deste Pregão, assim como formular pedidos de esclarecimentos, conforme dispõe art.51 da Lei nº 9.579/2012 e artigo 14 do Decreto Estadual nº 28.790/12.

9.1.1. O prazo para impugnação do Edital e pedidos de esclarecimentos, determinado no **subitem 4.1**, é decadencial. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos formulados fora desse prazo serão considerados intempestivos.

9.2. Caberá à Pregoeira responder, em 02 (dois) dias úteis a impugnação ou o pedido de esclarecimento recebidos, podendo, auxiliar-se do apoio da área requisitante, responsável pela elaboração do Termo de Referência.

9.2.1. Se a resposta à impugnação não ocorrer no prazo estabelecido no subitem 9.3 o prazo para a abertura da sessão da licitação poderá ser suspenso e designada nova data para a realização do certame, com divulgação pelo mesmo instrumento em que se deu aquela do texto original.

9.3. Havendo qualquer modificação no Edital decorrente de acolhimento de impugnação ou não, que afete substancialmente a formulação das Propostas a sessão de abertura do certame será suspensa e designada nova data para a realização do certame, com fixação do prazo igual ao inicialmente estabelecido, com divulgação pelo mesmo instrumento em que se deu aquela do texto original.

9.4. Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre interessados e a **Pregoeira**, a Equipe de Apoio e demais servidores da Comissão Setorial de Licitação da **UEMA**.

9.5. Os esclarecimentos ou informações aos consulentes serão comunicados a todos os demais interessados que tenham adquirido cópia deste Edital.

10 . DO RECURSO



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

10.1 – Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, **na Sessão Pública, manifestar imediata e motivadamente**, a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada na **Ata da Sessão**, sendo concedido ao licitante **Recorrente** o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do **Recurso**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual prazo, que começará a contar a partir do término do prazo do **Recorrente** sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos na **COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**;

10.1.1 – A falta de manifestação imediata de intenção de interpor **Recurso**, no momento da **Sessão Pública**, implicará decadência desse direito, ficando a PREGOEIRA autorizada a adjudicar o objeto licitado ao licitante proclamado vencedor;

10.2 – O encaminhamento do eventual **Recurso** e eventuais **Contra-Razões** será dirigido a PREGOEIRA da **Universidade Estadual do Maranhão – UEMA**, devendo ser entregue por escrito e protocolado na **Comissão Setorial de Licitação – CSL**;

10.3 – Havendo **Recurso** a **PREGOEIRA**, reconsiderando ou não sua decisão o encaminhará devidamente informado, às considerações do **REITOR DA UEMA** que proferirá decisão definitiva no prazo de **03 (três)** dias úteis;

10.3.1 – Após julgado o **Recurso**, será emitido o Termo de Adjudicação do objeto à licitante e o procedimento submetido a apreciação do **REITOR DA UEMA**, para decisão da Homologação da licitação;

10.4 – O recurso contra decisão da **PREGOEIRA** terá efeito suspensivo;

10.5 – O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

11 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Declarando o vencedor e não havendo manifestação de interpor Recurso a PREGOEIRA fará a ADJUDICAÇÃO do objeto licitado ao(s) vencedor(es) e encaminhará os autos ao MAGNIFICO REITOR, para HOMOLOGAÇÃO e autorização para celebração do contrato.

12. DO CONTRATO

12.1 – Após homologação da licitação o adjudicatário será convocado pela **UEMA**, através da **COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL**, para no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** a contar da convocação, assinar o **Contrato** e receber a

AF/MQ

Cidade Universitária Paulo VI s/n - Fátima - C.P. 09 - CEP: 65055-310 - São Luís/MA. Fone: (98) 3245-5461 / Fax: (98) 3245-5882

C.N.P.J. 06.352.421/0001-68 - Criada nos termos da Lei n.º 4.400 de 30/12/1981



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

Nota de Empenho, sob pena de decair à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Estadual nº 9.579/12, **Anexo VI**.

12.1.1 – O prazo para a assinatura do Contrato poderá ser prorrogado por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela **UEMA**.

12.1.2 – Na hipótese do adjudicatário não assinar o **Contrato** no prazo estabelecido no subitem **12.1** a PREGOEIRA convocará nova **Sessão Pública**, onde examinará as ofertas subseqüentes, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao **Edital**, sendo a respectiva empresa licitante declarada vencedora;

12.1.3 – Na situação no subitem **11.1.2** a PREGOEIRA poderá ainda em **Sessão Pública** de continuidade do PREGÃO negociar com os proponentes para que seja obtido preço melhor.

12.2 – A fiscalização e o acompanhamento da execução do **Contrato** caberá ao **Fiscal e Gestor do Contrato** nas condições definidas no TERMO DE REFERENCIA, deste **Edital**.

12.3. As empresas deverão ser cadastradas no SIAGEM e SIAFEM.

12.4 – Antes da assinatura do contrato a **CONTRATANTE** deverá anexar aos autos comprovante de consulta on-line do CEI – Cadastro Estadual de Inadimplentes, que deverá ser repetidas todas as vezes antes de cada pagamento dos serviços no decorrer da contratação. E a **CONTRATADA** deverá apresentar certidão negativa de débito junto à CAEMA e Declaração de que cumpre a Lei Estadual nº 9.116/10.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A despesa decorrente do objeto desta licitação correrá à conta de recurso específico consignado no orçamento da **Universidade Estadual do Maranhão - UEMA**, em conformidade com a seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE GESTORA: 24101 – SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA ENSINO SUPERIOR DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO; **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 240201 – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO; **FUNÇÃO:** 12; **SUBFUNÇÃO:** 364; **PROGRAMA:** 0177; **ATIVIDADE/PROJETO:** 2118; **PLANO INTERNO:** CURSOSGRAD; **NATUREZA DA DESPESA:** 44.90.51; **ITEM DE DESPESA:** 51095; **FONTE:** 0103000000



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 – A presente licitação poderá, a critério da UEMA, no interesse da Administração:

- I. Revoga-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente devidamente comprovado;
- II. Anula-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado;

14.2 – O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou instrumento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

14.3 – É facultado à pregoeira, ou à Autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do presente processo, bem assim, prorrogar os prazos de realização das sessões Públicas pertinentes ao certame.

14.4 – Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela pregoeira, sob pena de desclassificação/habilitação.

14.5 – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

14.6 – As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

14.7 – As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes/interessados por qualquer meio de comunicação que promove o recebimento ou, ainda, mediante publicado no Site da UEMA (www.uema.br).

14.8 – Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente na UEMA.



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

14.9 – Na contagem dos prazos previstos neste instrumento convocatório, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos.

14.10 – A participação nesta licitação implica na aceitação pela e irrevogável das normas constante do presente Edital, independente de declaração expressa;

14.11. Este edital e seus anexos estão à disposição dos interessados **no site da UEMA**, www.uema.br, onde poderão ser consultados e, obtidos gratuitamente;

14.12 – Ao adquirir cópia do Edital, o interessado, deverá cadastrar no **SITE** a razão social da empresa, CNPJ, endereço, e quem receberá notificação, fone, fax e celular se houver, nome do responsável para contato, e ainda comunicar qualquer mudança posterior, sob pena de reputar – se válida a notificação encaminhada ao endereço fornecido.

14.13 – A documentação apresentada para fins de habilitação das empresas farão partes dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.

14.14 – Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Pregoeira, de acordo legislação em vigor;

14.15 - São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I – Projeto Básico

ANEXO II - PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, ENCARGOS SOCIAIS E BDI (CD/R)

ANEXO III - Modelo de Carta Credencial

ANEXO IV– Declaração de Cumprimento dos requisitos de Habilitação

ANEXO V - Modelo de Carta Resumo da Proposta de Preços

ANEXO VI - Modelo de Declaração de Pessoa Jurídica

ANEXO VII - Modelo de Declaração de Visita ao Local

ANEXO VIII - Minuta do Contrato

São Luís (MA), 28 de março de 2014.

MARIA DOS REMÉDIOS DOS SANTOS MARQUES

Pregoeira



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

PREGÃO Nº 010/2014– CSL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 203390/13 – UEMA ANEXO I

PROJETO BÁSICO

1 – OBJETIVO:

Descrever os detalhes técnicos do projeto eletromecânico de um circuito trifásico em nível de tensão 13,8kV, composto por um ramal de entrada aéreo e uma subestação aérea com de 300 kVA de potência. Essas instalações serão necessárias para o suprimento da demanda de energia da edificação da Reitoria da Universidade Estadual do Maranhão (Campus Universitário Paulo VI).

2 – NORMAS TÉCNICAS CONSULTADAS:

Na elaboração deste projeto foram consultadas as normas técnicas da ABNT, a norma NBR 5410/04, a norma NR-10 do MTE e as seguintes normas técnicas da Concessionária local – CEMAR:

- **NT.GEMS.002.02** - Fornecimento de Energia Elétrica em Média Tensão 15 e 36,2 kV;
- **NT.GEMS.008** - Padronização de materiais e equipamentos por tipo de ambiente;
- **NT.GEMS.001.01** - Fornecimento de Energia Elétrica em Baixa Tensão;
- **NP-12.306.02** - Redes de Distribuição Aéreas Urbanas de Energia Elétrica;

3 – CONSIDERAÇÕES GERAIS:

O projeto executivo foi elaborado utilizando-se os softwares Autocad, E-rural e outros aplicativos e deverá contemplar as especificações e a listagem dos materiais/equipamentos com vistas à execução da obra.

A especificação dos materiais e equipamentos empregados neste projeto leva em consideração a zona de corrosão tipo C2(baixa) de instalações na classe de tensão 15 kV. Vide Tabela 2, a partir da página 10 da **NT.GEMS.008 - Padronização de materiais e equipamentos por tipo de ambiente.**



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

4 – SUPORTE ENERGÉTICO:

Nas imediações do local existe uma rede de distribuição trifásica em nível de tensão 13,8kV, alimentador 01C4, proveniente da Subestação de FQL (FORQUILHA) e que atualmente alimenta as diversas subestações do campus Paulo VI. O prédio existente da Reitoria é atendido por uma rede de baixa tensão, mas a ampliação do bloco, praticamente duplica a área construída do mesmo, tornando necessário o atendimento por subestação própria, cuja localização foi definida de tal maneira que a distância da mesma ao quadro geral do bloco seja a menor possível, atenuando-se a queda de tensão e empregando-se, portanto, um cabo de menor bitola.

5 – RAMAL DE ENTRADA AÉREO:

O projeto do ramal aéreo trifásico em média tensão consistirá na implantação de um poste em concreto armado tipo “DT” de 11 metros de altura, com esforço de 300 daN, devidamente engastado, conforme prescreve as normas da concessionária.

Serão utilizados condutores de alumínio nu (CA). Tais condutores serão instalados sobre isoladores de pino confeccionados em porcelana e sustentados por cruzetas de concreto armado de 1.900 mm de comprimento e cadeia contendo 02 (dois) isoladores de disco por fase. De forma isolada ou combinada, os isoladores constituirão as estruturas do ramal de distribuição. As estruturas utilizadas serão do tipo N (Normal) e os isoladores empregados terão classe de isolamento para 25 kV.

6 – DETERMINAÇÃO DA DEMANDA MÁXIMA:

A determinação da demanda máxima para dimensionamento do transformador e dos condutores de alimentação do quadro geral dos blocos foi baseada na Norma NT.GEMS.002.02 - Fornecimento de Energia Elétrica em Média Tensão 15 e 36,2kV (CEMAR), sendo utilizadas as tabelas:

TABELA 11 – “Fatores de demanda de aparelhos de aquecimento e eletrodomésticos em geral”, pág. 65.

TABELA 14 – “Fatores de Demanda de Condicionadores de Ar Tipo Janela”, pág. 66;

TABELA 18 – “Carga Mínima e Fator de Demanda para Iluminação e Tomadas de Uso Geral”, pág. 68; Nas cargas de Tomadas de Uso Geral e Iluminação, onde a



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

descrição Escolas e Semelhantes tem Fator de Demanda que considera 100% para os primeiros 12 kW e 50% para a carga excedente.

Segue a tabela de determinação de Potências Instalada e Demandada em Watts e kVA:

SUBESTAÇÃO – PREDIO REITORIA UEMA					
	KW	QTD	FD	TOTAL	FONTE (NT.GEMS.002 - CEMAR)
ILUMINAÇÃO E TOMADA DE USO GERAL (TUG)	81,74			46,87	TABELA 18, PÁG. 68
AR CONDICIONADO	200,21	46	0,64	128,14	TABELA 14, PÁG. 66
APARELHOS DE AQUECIMENTO	8,40	2	0,75	6,30	TABELA 11, PÁG. 65
POT INSTALADA (kW)	290,35				
POT DEMANDADA (KW)	181,31				
POT DEMANDADA (KVA)	213,30				

Logo, aplicando o fator de demanda pela NATUREZA DAS CARGAS, conclui-se que a potência demandada total é de **213,3 kVA**.

Levando-se em consideração a **tabela 10 – “Fatores de Demanda Típicos por Atividade”** na **página 63** da mesma norma, que multiplica a potência instalada por um fator de demanda determinado pela natureza da atividade exercida, tem-se que: Código da atividade - 51.03; ramo de atividade - “Regulamentação das atividades sociais e culturais”; fator de demanda de 0,73.

Logo, aplicando o fator de demanda pela NATUREZA DA ATIVIDADE, conclui-se que a potência demandada total é de **211,95 kVA**.

7 - DIMENSIONAMENTO DA SUBESTAÇÃO

Para o dimensionamento da subestação transformadora abaixadora levou-se em consideração a carga total, aplicando-se o fator de demanda pelos dois métodos descritos acima, pela natureza das cargas e pela natureza do ramo da atividade exercida.

Em ambos os dimensionamentos, de acordo com a tabela 4 – Dimensionamento de transformadores particulares, pág. 51 da NT GEMS 002 – Fornecimento de energia elétrica em Média tensão 15 e 36,2 kV, um transformador



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

de 225kVA atenderia a carga do prédio em questão. Porém, prevendo-se uma ampliação da carga do bloco, **este projeto irá considerar para o atendimento das cargas da Reitoria, uma subestação de 300 kVA.**

O transformador será trifásico, na tensão de operação 13.800/380/220 V, configuração delta no lado primário e estrela com neutro aterrado no seu lado secundário e será instalado em poste.

8 - LOCALIZAÇÃO DA SUBESTAÇÃO

A subestação foi projetada em um local que, além de não causar nenhum comprometimento estético ao espaço público, é o mais viável tecnicamente por estar mais próximo do seu respectivo centro de carga, fato que reduz os custos no que se refere aos condutores elétricos de baixa tensão empregados.

9 - DIMENSIONAMENTO DO CIRCUITO SECUNDÁRIO

No dimensionamento do circuito secundário foi considerada a maneira de instalação mais desfavorável, que é a realizada em eletroduto aparente no poste, no trecho compreendido entre o poste da Subestação até o Quadro Geral de Baixa Tensão (QGBT), que será instalado nas dependências internas da edificação onde funcionará a Reitoria.

CRITÉRIO DA CAPACIDADE DE CONDUÇÃO DE CORRENTE (AMPACIDADE)

- Corrente Nominal (I_n): $I_n = 300 / 1,73 \times 380 = \mathbf{456\ A}$
- Modo de Instalar: Eletroduto de Aço Galvanizado aparente na descida, sendo este, portanto, o pior caso, entre o poste e o Quadro Geral de Baixa Tensão (QGBT), cujo método de instalação é o B1 - da NBR 5410/2004
- Número de Circuito: 01 circuito trifásico (01 condutor por fase)
- Fator de Agrupamento: $f_g = 1$; tabela 35 da NBR 5410/2004
- Fator de Temperatura: $f_t = 1$; Tabela 34 da NBR 5410 (temperatura ambiente considerada de 30°C)
- Corrente Nominal de Projeto Corrigida (I_c):
 $I_c = I_n / f_t \cdot f_g = 456 / 1 \times 1 = \mathbf{456\ A}$

Da Tabela 37 - "Capacidades de condução de corrente, em ampères, para os métodos de referência A1, A2, B1, B2, C e D" da NBR 5410/04, o cabo mais apropriado para condução desta corrente é **3 x 240 mm² + 1 x 120 mm².**



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

CRITÉRIO DA MÁXIMA QUEDA DE TENSÃO

Adotou-se 4% como a MÁXIMA QUEDA DE TENSÃO admissível até o Quadro Geral de Baixa Tensão (QGBT), conforme recomenda a NBR 5410/04.

A seção mínima do condutor será dada por:

$$S_c = 173,2 \times \rho \times \Sigma (L_c \times I_n) / \Delta V\% \times V_{ff}$$

Sendo:

S_c =seção mínima do condutor (mm²);

ρ = resistividade elétrica do cobre eletrolítico=1/56 Ω .mm²/mm;

L_c = comprimento do circuito, em metros (m);

I_n = corrente nominal do circuito, em ampere (A);

$\Delta V\%$ =queda de tensão máxima admitida, em %;

V_{ff} =tensão entre fases (tensão de linha ou tensão composta), em volts (V)

Então:

$$S_c = 173,2 \times (1/56) \times (20 \times 456) / 4 \times 380$$

$$S_c = 18,56 \text{ mm}^2$$

Conforme a norma vigente na CEMAR, NT.GEMS.002.02 – “Fornecimento de Energia Elétrica em Média Tensão (15 e 36,2 kV)”, em sua Tabela 3 – “Dimensionamento dos Circuitos Secundários” o condutor a ser utilizado é de 3 x 185 mm² + 1 x 150 mm²; XLPE 90°C; 0,6/1,0 kV.

CONCLUSÃO: Apesar de não se tratar da maior bitola de acordo com a norma 5410/04, optou-se por respeitar os dimensionamentos da norma da concessionária local, **utilizando 3 (três) condutores de 185 mm² de área de seção transversal para os condutores fases e 1(um) condutor de 150 mm² de área de seção transversal para o condutor neutro, todos os condutores com isolamento em Polietileno Reticulado (XLPE); 90° C ; classe de isolamento de 0,6/1,0 kV**, de fabricação Prysmian ou similar.

Para o circuito secundário será utilizado eletroduto de Aço Galvanizado a quente, instalado de modo aparente, no trecho de descida, compreendido entre os bornes secundários do transformador e uma caixa de passagem em alvenaria, instalada junto ao poste no qual será instalado o transformador. Para o trecho compreendido



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

entre a caixa de passagem e o Quadro Geral de Baixa Tensão (QGBT) será utilizado eletroduto em PVC rígido, instalado de modo diretamente enterrado no solo, sob os blocos de concreto do piso do estabelecimento a uma profundidade de 500 mm.

10. PROTEÇÃO

10.1 SOBRECORRENTE

AT - através de 03 Chaves Fusíveis de Distribuição - 15 KV - 300 A, capacidade de ruptura de 10 kA - base C - tipo XS, com elos fusíveis nas três fases de 10K, instalada na estrutura de derivação do ramal, conforme desenho anexo.

BT - Disjuntor termomagnético tripolar, tensão nominal de 380 volts, de corrente nominal - 450 A, capacidade de interrupção de 10 KA, de fabricação Siemens ou similar, por cada conjunto de medição.

10.2 SOBRETENSÃO

Através de 03 (três) Para-Raios tipo óxido de zinco polimérico, 12 kV, 10 KA, instalados na estrutura da subestação transformadora, conforme desenhos em anexo.

11 - ATERRAMENTO

A MALHA DE TERRA será constituída por 06 (seis) hastes tipo aço cobreado (*copperweld*) de 16x2.400 mm, dispostas contiguamente, conforme mostrada no desenho anexo, e interligadas por cabo de cobre nu, têmpera meio-dura, na bitola de 50mm². O cabo de descida interligará os para raios, o neutro e a carcaça do transformador e será conectada nesta malha de terra. As conexões do cabo com as hastes deverão ser efetuadas com conector de bronze para haste de 16 mm de diâmetro (tipo GAR-6426/Burndy). As conexões deverão ser recobertas com pasta de silicone (sikaflex) ou similar, a fim de se evitar a penetração de umidade, fato que ocasionar eventuais deteriorações nas conexões.

12. REFERÊNCIAS AUTORAIS

PROJETISTA: Afonso Ribeiro e Ruan Araújo

RESPONSÁVEL TÉCNICO: RICHARDSON MARQUES MARVÃO

TÍTULO PROFISSIONAL: ENGENHEIRO ELETRICISTA

REGISTRO: 7834/D

ENDEREÇO: RUA 14, QUADRA 28, Nº 7 / COHATRAC 3.

FONE: (98) 8129-5025.

AF/MQ

Cidade Universitária Paulo VI s/n - Fátima - C.P. 09 - CEP: 65055-310 - São Luís/MA. Fone: (98) 3245-5461 / Fax: (98) 3245-5882

C.N.P.J. 06.352.421/0001-68 - Criada nos termos da Lei n.º 4.400 de 30/12/1981



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

13-ANEXOS

13.1-RELAÇÃO DE MATERIAL

13.2-ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

13.3- DESENHOS



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

PREGÃO Nº 010/2014– CCL

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 203390/13 – UEMA
ANEXO II**

**PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO,
ENCARGOS SOCIAIS E BDI (CD/R)**



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

PREGÃO Nº _____/2014– CSL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 203390/13 – UEMA

ANEXO III
MODELO DE CARTA CREDENCIAL

À

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Att.: Comissão Permanente de Licitação – CSL/UEMA

Ref.: PREGÃO Nº _____/2014 - CSL/UEMA

Na qualidade de representante legal da empresa _____,
inscrita no CNPJ sob o n.º _____ credenciamos o Sr.
_____, portador da CI n.º _____ e do CPF n.º _____,
para nos representar na licitação em referência, com
poderes para formular ofertas, lances de preço, recorrer, renunciar a recurso e
praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.

Local e data

Nome e assinatura do representante legal

(assinatura)

Observação: Caso o ato constitutivo da empresa licitante, ou o Contrato social ou o Estatuto determinem que a representação da Sociedade será em conjunto com os sócios, a falta de assinatura de qualquer um dos sócios neste documento, invalida o Credenciamento neste Pregão.



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

PREGÃO Nº 010/2014– CSL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 203390/13 – UEMA

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Att.: Comissão Permanente de Licitação – CSL/UEMA

Ref.: PREGÃO Nº ____/2014 - CSL/UEMA

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ nº _____, localizada na Av./Rua _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no edital em epígrafe e exigidos na legislação pertinente.

Local e data

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA E

ASSINATURA



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

PREGÃO Nº 010/2014– CSL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 203390/13– UEMA

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ref.: Proposta do Pregão Presencial n.º ____/2014 – CSL

Prezados Senhores,

Pela presente, submetemos à apreciação de V.S^a., a nossa proposta relativa a licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos, e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no Edital.

1. PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL:

SEDE:

C.N.P.J:

2. PROPOSTA DE PREÇOS:

VALOR DO LOTE:

VALOR TOTAL DA PROPOSTA:

MÊS BASE: ____/____/____

3. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

4. PRAZO PROPOSTO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Atenciosamente,



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

PREGÃO Nº 010/2014– CSL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 209390/13 – UEMA

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA

Ref.: PREGÃO ____/2014 - CSL/UEMA

A empresa, inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a)....., portador (a) da CI nº..... e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto na Lei Estadual nº 9.579/12, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

☐

Local e data

Nome e assinatura do representante legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

PREGÃO Nº 010/2014– CSL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 203390/13 – UEMA
ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

Declaramos para fins de direito que a empresa ____ (nome da empresa) CNPJ nº ____ representada pelo SR ____ (nome e identificação do profissional da área de engenharia), inscrito no CREA nº _____, _____, adquirente do Edital do Pregão Presencial nº 000/2013 e seus Anexos, visitou o local onde serão executados os serviços de engenharia objeto da licitação em epígrafe, tomando conhecimento de todas as informações e das condições existentes para o cumprimento das obrigações na execução dos serviços.

São Luís/MA, ____ de _____ de 2014.

Assinatura do Responsável técnico do licitante
Nome, identificação do profissional, CPF/RG

Obs: Tendo em vista a faculdade da realização de vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência da licitação.



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

PREGÃO Nº 010/2014– CSL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 203390/13 – UEMA ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº /2014-UEMA

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO MARANHÃO,
ATRAVÉS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
MARANHÃO E, DE OUTRO
LADO,----- NA
FORMA ABAIXO.

O ESTADO DO MARANHÃO, através da **Universidade Estadual do Maranhão - UEMA**, sediada à _____ inscrita no C.N.P.J. (MF) sob o n.º _____, , doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu titular, _____, C.I. n.º _____ SSP/____, C.P.F. n.º _____ e a empresa _____, inscrito no C.N.P.J sob o n.º _____, Inscrição Estadual n.º _____, com sede na _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal, _____, R.G. n.º _____, C.P.F. n.º _____, têm, entre si, ajustado o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, decorrente do **Pregão Presencial n.º 000/2014 - CSL, Processo n.º 203390/13**, submetendo-se as partes aos preceitos instituídos pela Lei Estadual nº 9.579/12, Decreto Estadual nº 28790/12, e às cláusulas e condições seguintes:



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto _____ (**transcrever a proposta**), de acordo com o Projeto Básico do Edital do PREGÃO N.º 000/2013 – CSL, e a proposta partes integrantes deste instrumento independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor total deste contrato é de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato ocorrerão por conta da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE GESTORA: 24101 – SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA ENSINO SUPERIOR DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO; **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 240201 – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO; **FUNÇÃO:** 12; **SUBFUNÇÃO:** 364; **PROGRAMA:** 0177; **ATIVIDADE/PROJETO:** 2118; **PLANO INTERNO:** CURSOSGRAD; **NATUREZA DA DESPESA:** 44.90.51; **ITEM DE DESPESA:** 51095; **FONTE:** 0103000000

CLÁUSULA QUARTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, de acordo com o constante no art. 91, § 1º, inciso III da Lei Estadual nº 9.579/12.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Contrato terá a vigência de 30 (trinta) dias corridos a partir do 5º (quinto) dia útil do recebimento da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA prestará os serviços, previstos no Cronograma do Anexo II, do Edital do **PREGÃO N.º 000/ 2014 – CSL**, observando os prazos, custos e demais indicativos previstos na Proposta de Preços, no cronograma físico-financeiro, na Planilha Orçamentária de Preços e Projeto Básico.

CLÁUSULA SETIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA fica obrigada a:

a) Desenvolver todas as atividades dentro das normas e legislações vigentes e pertinentes ao objeto para a concretização do serviço;

AF/MQ

Cidade Universitária Paulo VI s/n - Fátima - C.P. 09 - CEP: 65055-310 - São Luís/MA. Fone: (98) 3245-5461 / Fax: (98) 3245-5882

C.N.P.J. 06.352.421/0001-68 - Criada nos termos da Lei n.º 4.400 de 30/12/1981



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

b) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

c) Obedecer ao disposto no art. 3º da Lei Estadual nº 9.116/10.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Desenvolver todas as atividades dentro das normas e legislações vigentes e pertinentes ao objeto para a concretização do serviço;
- b) Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do contrato, podendo aplicar as penalidades previstas em lei pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE fiscalizará a entrega dos serviços para verificar se está em conformidade com o proposto, através de Equipe Técnica da **UEMA**.

CLÁUSULA DECIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será efetuado após apresentação de Notas Fiscais/Faturas, devidamente atestadas. No prazo máximo de 30 (trinta) dias, estando o processo de pagamento devidamente instruído pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado mediante depósito na Conta Corrente n.º _____, Agência n.º _____, do Banco _____, em favor da CONTRATADA, valendo o recibo de depósito como prova de quitação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, pelo descumprimento deste edital, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou correção monetária.

CLÁUSULA ONZE – DAS PENALIDADES

O descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a CONTRATADA às sanções estabelecidas na Lei Estadual nº 9.579/12

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA que descumprir quaisquer das condições do presente Contrato, ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) advertência.
- b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global dos serviços.

AF/MQ

Cidade Universitária Paulo VI s/n - Fátima - C.P. 09 - CEP: 65055-310 - São Luís/MA. Fone: (98) 3245-5461 / Fax: (98) 3245-5882

C.N.P.J. 06.352.421/0001-68 - Criada nos termos da Lei nº 4.400 de 30/12/1981



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

- c) suspensão temporária de participação em licitações com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- e) as sanções previstas nas alíneas 'a', 'c' e 'd' poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na letra 'b'.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Após a aplicação de qualquer penalidade na forma da Lei Estadual nº 9.579/12, será feita comunicação escrita a CONTRATADA e publicação no Diário Oficial do Estado constando o fundamento legal, excluídos os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa de mora.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As multas deverão ser recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUARTO - Nenhum pagamento será feito a CONTRATADA antes de pagas ou relevadas as multas que lhe tenham sido aplicadas.

CLÁUSULA DOZE – DA RESCISÃO

A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas nos arts. 92 e seguintes, na Lei Estadual nº 9.579/12, sem que caiba a CONTRATADA direito a qualquer indenização e sem prejuízo das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA TREZE – DAS COMUNICAÇÕES

Qualquer comunicação entre as partes a respeito do Contrato só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA QUATORZE – DA INTERPRETAÇÃO

Na interpretação deste CONTRATO e nos casos omissos, serão aplicadas a Lei Estadual nº 9.579/12, a doutrina, a jurisprudência e os princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA QUINZE – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE fará publicar o resumo do presente contrato no Diário Oficial do Estado, obedecendo ao prazo previsto no art. 82 da Lei Estadual nº 9.579/12.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DO FORO

AF/MQ

Cidade Universitária Paulo VI s/n - Fátima - C.P. 09 - CEP: 65055-310 - São Luís/MA. Fone: (98) 3245-5461 / Fax: (98) 3245-5882

C.N.P.J. 06.352.421/0001-68 - Criada nos termos da Lei nº 4.400 de 30/12/1981



Realizando a Qualidade
Comissão Setorial de Licitação – CSL/UEMA

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual da Comarca desta Cidade de São Luís, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem desta forma ajustados e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo, para que produza os seus reais e jurídicos efeitos.

São Luís, de de 2014

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME: _____

CIC: _____ CIC: _____